ELIANE PEREIRA SILVA

FONTES DOCUMENTAIS DISPONÍVEIS PARA O ESTUDO DA INFÂNCIA NO BRASIL:

A QUESTÃO DA RODA DOS EXPOSTOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
1996

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

ELIANE PEREIRA SILVA

FONTES DOCUMENTAIS DISPONÍVEIS PARA O ESTUDO DA INFÂNCIA NO BRASIL:

A QUESTÃO DA RODA DOS EXPOSTOS

Trabalho apresentado como obrigatoriedade parcial para conclusão do curso de pedagogia da Universidade de Campinas sob orientação da Profª. Drª. Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
1996

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

UNIDADE: FE
Nº CHAMADA:
TCC/UNICAMP
Si 38f
V:.....EX:.....
TOMBO: 054
PROC.: 124/2003
C:.....D: X
PREÇO: 11,00
DATA: 29/10/03
Nº CPD: 00402

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

Si38f

Silva, Eliane Pereira
Fontes documentais disponíveis para o estudo da infância no Brasil : a questão da Roda dos Expostos / Eliane Pereira Silva. -- Campinas, SP [s.n.], 1996.

Orientador : Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier.
Trabalho de conclusão de curso - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Crianças - Assistência em instituições - Brasil. 2. Assistência a maternidade e a infância - Brasil. 3. Menores abandonados. I. Xavier, Maria Elizabete Sampaio Prado. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

SUMÁRIO

Introdução 2

Parte I

1. Contexto histórico.....4

2. Influência jesuítica na história da Infância.....8

3. A Igreja, a família patriarcal e a Infância.....10

4. A Infância "abandonada".....13

Parte II

Levantamento bibliográfico.....19

Bibliografia de referência.....38

FONTES DOCUMENTAIS DISPONÍVEIS PARA O ESTUDO DA INFÂNCIA NO BRASIL

O interesse pelo tema é fruto de leituras realizadas no decorrer do curso, quando em contato com autores como ÀRIES e DONZELOT[1], entre outros, pude conhecer a história da infância na França do Antigo Regime. Os autores revelam a trajetória do nascimento do sentimento de infância, que não passava de uma expressão particular do sentimento de família, mostrando que a noção de infância foi sendo construída historicamente, não constituindo portanto uma instituição natural.

Obter informações sobre a infância no período colonial brasileiro é um trabalho que requer a busca de uma bibliografia de assuntos tangenciais à questão (por exemplo, como a mulher), uma vez que pouco se tem de produção historiográfica do período que esteja relacionado diretamente com a infância.

No Brasil, esse sentimento também foi construído como uma expressão particular da instituição família, ajudada pela Igreja Católica que, numa tentativa de reagir à Reforma protestante, ditou regras e normas relativas aos costumes para obter a sua hegemonia na ordem social. Neste contexto, a criança, e a relação da família com ela, vai aparecer como peça fundamental para a manutenção da ordem social.

O objetivo desse trabalho é apresentar uma relação de fontes documentais disponíveis para o estudo da infância, no período colonial. Para a apresentação da

[1] Cf. bibliografia

bibliografia , optou-se pelo critério temático (questões centrais ou periféricas ao objeto) apresentado num recorte temporal e regional.

O levantamento bibliográfico tem, como ponto de partida, o exame de fontes secundárias que possibilitarão o contato com os documentos originais, ou seja, as fontes primárias.

Alguns estudos são específicos de determinadas regiões e, como conseqüência, remetem a documentos daquela região, como a obra de Renato Pinto Venâncio (1988), onde o autor faz um levantamento do abandono de crianças no Rio de Janeiro no século XVIII. Um outro exemplo é o estudo de Henrique Luís Pereira Oliveira (1990), que relata a espécie de assistência dada aos "expostos" em Desterro, região Sul do país, também no século XVIII. Tais estudos, entre outros, são específicos tanto quanto ao tema, como às regiões.

Outros estudos, porém, tratam o tema infância partindo de um outro enfoque, sem especificar regiões, e generalizando para o país como um todo. Exemplos desses estudos, são as obras de Maria Beatriz Nizza da Silva (1993), que fala sobre a vida privada no período colonial; e Mary Del Priore (1993), que fala das condições da mulher; ambas abordam a questão da infância no trato de seus temas específicos.

A primeira parte deste trabalho consta de uma rápida apresentação histórica do período colonial, seguida da influência jesuítica na história da infância, e traz ainda algumas informações sobre o funcionamento da Roda dos Expostos e das "amas-de-leite". Uma outra parte será dedicada ao levantamento bibliográfico, objetivo do trabalho.

Parte I

1 - Contexto histórico

Desde o século XV, as várias potências européias buscavam um equilíbrio econômico, provocando atritos e tensões políticas, na conquista e na partilha do mundo colonial.

A história da colonização e do sistema colonial é um dos principais elementos do Estado Moderno e da superação das limitações ao desenvolvimento da economia capitalista européia. O tipo de vida econômica que se organizou nas colônias teve o caráter de exploração mercantil, e sua política girou em torno do comércio colonial.

O capitalismo comercial e sua política econômica possibilitaram a expansão do mercado, que sofreu um forte impulso, tendo suas barreiras destruídas graças às riquezas encontradas nas novas terras. Em decorrência, as colônias tornavam-se um instrumento de poder das metrópoles, que se orientavam segundo os interesses da burguesia comercial.

A descoberta do Brasil foi um marco do movimento expansionista ibérico dos séculos XV e XVI. As primeiras décadas da colonização portuguesa foram bastante tranqüilas, com os portugueses voltados para o Oriente, onde a riqueza respondia de forma mais direta aos seus desejos. Uma vez frustrada a expectativa com as riquezas minerais, as atenções voltaram-se para a exploração, em toda costa brasileira, do pau-brasil, produto que se tornou lucrativo pelo uso da mão-de-obra indígena, sob a forma de escambo. Sua exploração foi organizada no

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

sistema de feitorias fortificadas que, isoladas na imensidão da costa, logo foram ameaçadas pelos interesses de novas potências marítimas.

O Sistema de Capitanias surgiu como uma das formas dos portugueses efetivarem a ocupação das terras brasileiras e barrarem o comércio clandestino do pau-brasil, praticado principalmente pelos franceses. Esse sistema de ocupação possibilitou não só a proteção do território, mas também o assentamento das primeiras povoações, o desenvolvimento de novas formas de exploração econômica e o surgimento de uma aristocracia territorial com poderes sobre a população local.

Diante das recusas e dificuldades dos donatários em ocuparem as terras que lhes foram doadas, a Coroa Portuguesa passou a intervir diretamente na administração da Colônia com a criação do Governo Geral que, através de uma estrutura jurídico-administrativa, assegurava os interesses metropolitanos.

O processo de colonização foi todo baseado na promoção dos interesses comerciais portugueses. Voltado para a concentração de recursos e investimentos que mobilizassem a produção, em larga escala, de um produto de boa aceitação no mercado internacional, o sistema produtivo baseou-se no latifúndio monocultor, agroexportador e no trabalho compulsório, onde a escravidão africana se tornou a relação de trabalho dominante.

Os portugueses tornaram o açúcar o produto ideal para sua exploração, marginalizando outras culturas e regiões onde o cultivo da cana não era possível. O açúcar representou, por mais de um século, a única base de sustentação da economia brasileira, tendo como centro de sua produção o litoral nordestino, que se transformou no núcleo de toda a vida colonial.

A sociedade produzida pelo sistema colonial caracterizava-se pela relação senhor-escravo, desenvolvendo um caráter hierárquico, aristocrático e patriarcal. A aristocracia local submetia-se à orientação econômica e administrativa da Metrópole e tinha pouca participação nos lucros obtidos com o açúcar que, ou iam para Portugal, ou para a Holanda, responsável pelo refino e distribuição do produto nas praças européias. Mesmo assim, a riqueza criada por esta agroindústria permitia à camada dominante imitar o requintado estilo de vida da metrópole.

Ameaçados em seus interesses comercias[2], os holandeses partem para a conquista da zona de produção comercial do Brasil e tomam conta da região canavieira no nordeste brasileiro, até serem expulsos em 1654, quando a economia açucareira entra em processo de crise e decadência.

Foi o Movimento das Bandeiras que mostrou a saída da crise açucareira. Esse movimento foi desencadeado por São Paulo e regiões vizinhas que, por não participarem dos interesses metropolitanos entraram pelos sertões em busca de riquezas minerais, ações estas que culminaram no descobrimento abundante de ouro. Começa então um desordenado povoamento na região das minas, seguido de inúmeros conflitos que marcaram esse tipo de exploração.

Estimulando o aparecimento de atividades econômicas subsidiárias, em diversas regiões da colônia, a mineração foi responsável pela criação de condições para a formação de um mercado interno e pelo florescimento da ativa vida urbana no interior da colônia.

[2] Os holandeses controlavam aproximadamente 60% do comércio marítimo entre Portugal e Brasil, além de financiarem a produção de uma grande parte da açúcar brasileiro. A União Ibérica (1580-1640), pondo Portugal e Brasil sob os domínios da Espanha, declara "guerra" a Holanda prejudicando suas transações comerciais. Cf. Nelson Wernek Sodré, 1976.

Tanto o açúcar quanto o ouro foram responsáveis, em períodos diferentes, pelo sustento de toda a economia metropolitana que entrava em crise junto com o produto de sua atividade básica.

No final do século XVIII, quando a mineração começou a dar sinal de decadência, a abertura de novos mercados para produtos brasileiros, como o açúcar, o algodão e o arroz, foi favorecida pelo contexto internacional.

Nesta mesma época, a Europa passa por transformações, com as contestações da burguesia: sociedade estamental, estado absolutista e política econômica restritiva, formas de exploração colonial condenadas pela Revolução Industrial que pedia um mercado cada vez mais dinâmico e amplo.

No entanto, o governo português criou uma série de medidas, arrochando ainda mais a exploração colonial, no intuito de restaurar a economia do país. Além de não resolver os problemas metropolitanos, as medidas do governo português agravaram ainda mais a crise interna da Colônia, que gerou projetos emancipacionistas, como a Inconfidência e a Conjuração Baiana.

O fim do Pacto Colonial deu-se somente com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, quando D. João assinou a Abertura dos Portos -fim do monopólio colonial-, e o Tratado de 1810, através do qual o Brasil passa diretamente para a influência britânica.

2 - Influência jesuítica na história da Infância

A sociedade colonial brasileira teve sua organização fundamentada numa economia agrícola e patriarcal, de base escravocrata, que permaneceu inalterada mesmo após as mudanças políticas da sociedade.

Na intenção de conquistar e manter o domínio político de sua colônia, o governo de Portugal viu, na obra de catequese, que propagava a fé com a autoridade da Igreja e os freios da religião, uma poderosa aliada para submeter os colonos ao seu jugo. A educação, neste período, a cargo dos jesuítas, ultrapassou seus objetivos do âmbito da catequese, lançando as bases da educação brasileira e forjando a unidade espiritual e política da Colônia.

A Companhia de Jesus, criada numa época em que o cristianismo estava ameaçado pela Reforma protestante, tinha a cristianização como pressuposto básico de sua missão. Através da imposição de uma homogeneidade ideológica , pela catequese, buscava apagar as diferenças entre os homens e acentuar suas semelhanças. Ou seja, evitava o desenvolvimento de uma cultura nacional e de idéias religiosas reformistas.

Os padres da Companhia de Jesus chegaram ao Brasil em 1549. Criaram as primeiras escolas de educação elementar do país e lançaram um amplo sistema de educação elementar e secundário com a expansão territorial do domínio português[3]. Vieram para o Brasil com dupla missão: catequizar e instruir de acordo com o Regimento proposto pelo rei D. João III.

A obra de catequese e o ensino elementar, nas escolas de ler e escrever criadas pelos jesuítas, reuniam brancos, índios e mestiços, -em classes fixas ou

[3] Cf. Luiz Antônio Cunha, 1986

ambulantes-, numa tentativa de, através da educação dos filhos, reeducar os pais. Sua prática pedagógica teve como um de seus principais objetivos impor e fazer valer normas que afastassem a população do "mal" e a aproximasse do "bem", espalhando nas gerações mais novas a mesma fé, a mesma língua e os mesmos costumes.

São ainda os jesuítas os primeiros a atentarem para a especificidade da infância. Valorizando a doutrinação como seu objetivo de catequese, valorizavam também a própria criança.

Os jesuítas foram responsáveis pela elaboração dos primeiros modelos ideológicos da criança brasileira. Partindo do pressuposto de que, ao nascer, as crianças eram destituídas de qualquer mácula, foi muito comum na época valorizar a primeira infância como a imagem do menino-Jesus. Fazia parte dos sermões dos padres a aparição de Cristo em forma de criança, para cativar os corações adultos e maculados. A devoção ao menino Jesus foi uma idéia bastante propagada neste período, e os jesuítas projetaram, na criança, a imagem do menino Jesus buscando transformar as crianças em seres santificados e exemplares. A introjeção dessa imagem, contudo, exigia grande empenho da mãe, responsável pela educação da criança nessa fase e verdadeiro alvo da Igreja.

Uma vez na escola, as crianças eram instruídas nos rudimentos da fé, nos estudos dos elementos da leitura, escrita e cálculo. Os jesuítas mostraram preocupação com o material pedagógico a ser utilizado e a sua atualização, enfatizando o caráter de aprendizagem de sua catequese.

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

A pedagogia jesuítica dava ênfase à disciplina como principal instrumento de instrução; unindo catequese e instrução buscavam a disciplina através de castigos físicos que afugentassem os desejos carnais.

Dando um valor exagerado para as Letras, os jesuítas contribuíram para o desprezo pelo trabalho técnico e produtivo, um marco da sociedade colonial.

3 - A Igreja, a família patriarcal e a Infância

Para o governo de Portugal, a educação e a obra de catequese praticada pelos jesuítas interessavam como um meio de submissão e de domínio político, além de servir como uma forma de explorar e defender os interesses mercantis. Assim como o governo português tinha os seus interesses, aos jesuítas interessava a educação das classes dirigentes com base no ensino de humanidades clássicas[4]; liberando, portanto, de suas escolas os índios e os negros para a mão de obra exigida no cultivo da cana.

Os jesuítas caíram em 1759 e, com eles, todo o sistema colonial de ensino. A educação, no período colonial, pode ser caracterizada como uma educação que se manteve limitada aos interesses da Igreja e às exigências da sociedade da época.

Numa sociedade como a do Brasil colonial, a família patriarcal foi a única barreira encontrada pelos jesuítas. Os senhores de engenho preferiam uma disciplina rígida, sob seu comando e servindo aos seus interesses. Foi através da figura da mulher, inferiorizada pela tradição, sem vida social e quase sem

[4] O ensino humanístico pregado pelos jesuítas, visava a formação do homem cristão sob as regras da Igreja Católica, numa tentativa de reagir à Reforma protestante.

instrução, que os jesuítas conseguiram entrar na "casa-grande" e dela tirar sua função de escola e de Igreja.

Nessa sociedade, a ação da Igreja teve destaque especial; deu-se em vários sentidos e atingiu todos os grupos sociais.

Produto de uma civilização fundada na escravidão, o período colonial revela uma sociedade quase sem mobilidade e de papéis bem definidos. A criança aparece, nesse período, associada à figura da mãe, como resultado de um projeto da Igreja Católica para a consolidação da família cristã e expansão de sua fé.

Ao longo dos primeiros séculos de colonização, a Igreja impôs, na família, o ideal da procriação como exclusividade do casamento, enaltecendo a mulher como mãe e doutrinadora de sua prole. As definições antropológicas do período colonial, sobre a natureza da mulher, também contribuíram para que ela estivesse ligada, biológica e moralmente, à maternidade.

A Igreja, ao propagar os sete sacramentos do Concílio de Trento (batismo, confirmação, comunhão, confissão, extrema-unção, matrimônio e ordem), deu ênfase ao matrimônio que, depois do batismo, era o sacramento mais divulgado. A idéia era de que, através do casamento e em conseqüência da formação da família, a ordem familiar fosse estabelecida.

A vida familiar colonial foi marcada por uma criteriosa repartição das tarefas, onde cabia à mulher educar seus filhos de acordo com os preceitos cristãos, ensinar-lhes as primeiras letras e as primeiras atividades, cuidar do seu sustento e saúde física e espiritual, enquanto seus maridos ausentavam-se pelo trabalho.

Igreja e sociedade exigiam uma educação cristã para os filhos, almejando não só a catequese, mas principalmente estabelecer normas para os adultos que, ao servirem de exemplos para seus filhos, ajudariam a manter a ordem social.

O interesse pela infância estava diretamente ligado com a questão da família cristã, que deveria se responsabilizar pela formação religiosa de seu filho, combatendo ao mesmo tempo a prostituição e o adultério.

Ao desenvolver o papel 'exigido' pela Igreja, a mulher reforçou os laços emocionais com o seu filho, acentuando a sensibilidade para com a criança e a infância.

Nesse período, a atenção à criança dividia-se em 3 fases. A primeira delas, chamada de "primeira infância", vai do nascimento até os 3 anos de idade e é caracterizada pela amamentação, seja da mãe ou da ama. Uma segunda fase da infância compreende a idade dos 4 aos 7 anos, e é caracterizada pela criança acompanhando a vida do adulto. Nessa fase, como na anterior, nada lhe é exigido. Somente depois dos 7 anos é que a criança irá freqüentar a Aula Régia ou aprender um ofício. Essa idade também marca o dever da criança em confessar e comungar.

4 - A Infância "abandonada"

Os costumes da época foram bem característicos. Seguindo os objetivos da Metrópole, de exploração e defesa de suas colônias, estas logo se transformaram em sinônimo de lucro e poder fáceis, onde muito se ganhava e pouco se fazia. O ócio e a preguiça eram palavras de ordem e o trabalho 'manual' era tido como vergonhoso, chegando a desqualificar quem o realizasse.

Vivia-se mal na Colônia; as condições gerais de salubridade faziam crescer a taxa de mortalidade, a população pobre fixava-se em lugares sujeitos a doenças epidêmicas, como a difteria e a varíola; os poços para o abastecimento de água da população eram rasos e facilmente contamináveis; poças de água por todos os lugares servindo de foco para os insetos transmissores de doenças, a agricultura latifundiária reduzia a variedade de alimentos sendo preciso apelar para as exportações, acessível apenas aos socialmente privilegiados; as condições sanitárias eram péssimas, etc.

Eram muitas as crianças abandonadas pelas ruas em conseqüência da pobreza. A responsabilidade pelas crianças abandonadas foi delegada primeiramente às Câmaras Municipais, que deveriam mantê-las a partir de impostos recolhidos da população. Muitas crianças eram abandonadas na porta das casas, e a família que as encontrava requeria, na Câmara, auxílio para criá-la.

No entanto, o auxílio ficou cada vez mais difícil e a Santa Casa assumiu a responsabilidade da criação, instituindo a Roda dos Expostos que contava com o auxílio financeiro esporádico da Câmara Municipal.

A noção de "caridade", da época, deu origem a diversas entidades beneficentes que tinham como objetivo assistir a população mais pobre da Colônia, vítima das péssimas condições de vida que lhe eram oferecidas.

A Roda dos Expostos, instalada nas Santas Casas de Misericórdia, foi uma criação européia, destinada a receber as crianças abandonadas:

> "Esta roda ocupa o lugar de uma janela dando face para a rua e gira num eixo vertical. É dividida em quatro partes por compartimentos triangulares, um dos quaes abre sempre para fora, convidando assim a que dela se aproxime toda a mãe que tem tão pouco coração que é capaz de separar-se de seu filho recém nascido. Tem apenas que depositar o exposto na caixa, e por uma volta da roda fazê-lo passar para dentro, e ir-se embora sem que ninguém a observe". (Kidder e Fletcher (1851) p. 128)[5]

Recebia, sobretudo, os filhos de uniões ilegítimas, da exploração da mulher índia ou negra pelo senhor branco, ou ainda filhos de padres e mães solteiras.

A criação da Roda teve como objetivo aparente diminuir a taxa de mortalidade infantil, que no período colonial era altíssima. Contudo, a sua criação está relacionada com outros fatores. O fato dela "solucionar" um dos graves problemas da época, que era tirar das ruas a pobreza expressa na figura da criança abandonada, é um deles. Outro fator, e este atrelado à religião, é afastar a população da vadiagem, preservando a ordem familiar e, consequentemente, a ordem social.

No Brasil colonial, principalmente nas capitais, a "exposição" de recém nascidos tornou-se freqüente, sobretudo com o processo de urbanização, que provocava maior instabilidade nas uniões e menor receptividade aos seus frutos.

---

[5] Leite, MM. 1991, p.100. in História da criança no Brasil.

A primeira Roda instalada no Brasil esteve sob os cuidados da Irmandade de Misericórdia de Salvador, e data de 1726. Em 1738, é instalada a Roda no Rio de Janeiro, subordinada à Santa Casa.

Recolhidas pela Roda, as crianças eram recebidas pelas "amas-rodeiras" ,que as encaminhavam às "amas-de-leite" -geralmente escravas que eram alugadas à Irmandade pelos seus senhores -responsáveis pela sua amamentação até os dois meses. As amas-de-leite eram contratadas pela Casa dos Expostos e seu salário advinha de sufrágios e esmolas. Depois desse período, os bebês eram encaminhados às "criadeiras", que cuidavam das crianças em sua própria casa. Elas eram responsáveis pela amamentação da criança até aproximadamente os dois anos e, depois do desmame, continuavam como amas, devendo escolher um nome para batizá-la. Eram responsáveis pela criança até que completasse 7 anos, quando a devolvia para a Casa dos Expostos, donde seriam reencaminhadas. As criadeiras pertenciam geralmente à camada livre da sociedade e moravam na zona urbana.

Apesar das amas cuidarem das crianças, os gastos com vestuário, doenças ou morte ficava a cargo da Casa dos Expostos.

Por não haver fiscalização dos administradores da Santa Casa, muitas crianças morriam por maus tratos ou por descuido das amas. O salário da ama responsável pelos primeiros meses de amamentação era maior e algumas delas traziam para seus cuidados mais de uma criança, não conseguindo cuida-las devidamente.

A idade de 7 anos, quando a criança era devolvida à Casa dos Expostos, marca praticamente o fim da infância no período colonial. Meninos e meninas, que até então recebiam os mesmos cuidados, passam a trabalhar em troca de

sustento e moradia, sendo considerados como pequenos adultos subordinados à lida diária. Os meninos podiam ser encaminhados ao trabalho na agricultura, ou nos arsenais da Marinha ou ainda ser encaminhados para os Seminários, onde aprendiam a ler, escrever e contar. As meninas, ou eram encaminhadas para instituições de recolhimento de órfãs pobres, onde aprendiam a ser "boas mães de família", com tarefas do tipo culinária, bordado e princípios de religião, ou podiam trabalhar até os 14 anos, em casa de família, apenas em troca de alimentação e moradia, recebendo salário somente depois dessa idade.

Depois dos 7 anos, os "expostos" ainda podiam contar com o auxílio de um tutor ou procurador, determinado pela Casa dos Expostos, que se responsabilizaria por lhe arrumar uma família ou instituição que se encarregaria de sua criação, educação e acomodação.

Várias críticas foram feitas à Roda. Joaquim Manoel de Macedo, em seu romance "A Luneta Mágica", embora publicado em 1869, faz referência à Roda e levanta algumas críticas ao seu funcionamento:

> ... a roda da piedade bem depressa pareceu-me antes protetora do vício e da desmoralização, do que providência salvadora de inocentes criancinhas condenadas; essa roda afigurou-se-me leito ruim de falsa caridade, porta do abandono, da perdição, talvez algumas vezes do cativeiro dos míseros enjeitados; li no berço dessa roda cem lúgubres histórias, e recuando espantado, preferi a miopia à visão do mal, e cheguei a pensar que para muitos dos enjeitados e para a sociedade fora melhor a sepultura, do que a roda....
> Que faz a roda ao enjeitado? Se pode, livra-o da morte; mas depois condena-lhe a vida: era talvez preferível deixá-lo morrer.
> Ser ou não ser: se a instituição é de caridade, seja-o plenamente, não se desnature, recorrendo a meios que em regra geral são fatais aos enjeitados; se não pode sê-lo plenamente, não cumpre o seu fim.
> Que faz a roda? Recebe o enjeitado e depois enjeita-o por sua vez. A verdadeira caridade não enjeitava.

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

> A roda que faz? Dá os enjeitados a criar, a quem os vem pedir e os leva a dez, a vinte, a cinqüenta e mais léguas de distância, e fica muito contente de si, porque paga a criação do enjeitado por dois terços menos, do que de ordinário custa o aluguel de uma ama.
> E por esse preço insuficientíssimo criar enjeitados é negócio que se explora! Que fortuna espera o enjeitado que a roda assim por sua vez enjeita? Faz tremer pensá-lo.
> O mísero inocente é feliz, se acha seios de mulher em que se aleite, e fica apenas analfabeto e sem educação; a sociedade é que não pode esperar ser felicitada por semelhante enjeitado de roda.
> E o que não é feliz desse modo tão infeliz?...
> E o enjeitado que fica reduzido a escravo da família que o foi pedir?... e o enjeitado que morre à mingua longe da roda que o enjeitou, e que paga sua criação muitos meses além da afortunada morte do mísero condenado?
> E o enjeitado de cor preta, ou de cor menos branca, que tão facilmente substitui o escravo que morre, e que toma dele o nome para ser vendido pela perversidade de algum infame dentre os negociantes de criação de enjeitados?...(p. 53-54)

Como já foi dito, recolhidas pela Roda, as crianças eram entregues às "amas-de-leite". As amas, para cumprir tal tarefa, recebiam do Estado, ou tinham em troca alguns benefícios oferecidos pelo Município, como isenção do serviço militar para filhos e maridos das amas dos expostos.

As amas-de-leite não cuidavam apenas de crianças abandonadas na Roda. Algumas mulheres, pela sua condição social elevada, optavam por não amamentar seus filhos, sendo protegidas pela legislação portuguesa que via como um privilégio dessas mulheres o entregar seus filhos para as amas-de-leite. As amas-de-leite particulares, diferentemente daquelas que assistiam aos expostos, eram bem alimentadas, e ocupavam posição de destaque entre os escravos da casa.

A Roda era procurada não só por pessoas pobres e sem recursos para criar seus filhos. Algumas mulheres da elite, que não podiam assumir seus filhos

ilegítimos e adulterinos, e senhores que obrigavam suas escravas a abandonarem seus filhos para alugá-las como amas-de-leite, também procuravam a Roda.

Vinculada ao problema institucional do matrimônio, a criança só era considerada legítima se fosse fruto de um casamento legal, realizado na igreja, por um pároco e registrado em ata. A falta de organização das igrejas, somada ao alto preço das dispensas eclesiásticas, levava a maioria da população a optar pelas formas de uniões consensuais, aumentando em muito o número de filhos ilegítimos e, consequentemente, de crianças abandonadas na Roda

Parte II

Levantamento bibliográfico

Obras referentes ao Período Colonial

ALMEIDA, Angela Mendes de. Cidadania femenina, família patriarcal e violência doméstica. **Revista Presença**, n°8, set.1986.

_____. Notas sobre a família no Brasil. **Pensando a família no Brasil** ; Da Colônia à modernidade. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Código Filipino ou Ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'el-rei D. Filipe I**, 14ª ed., Rio de Janeiro, 1870.

BELLINI, Lígia. **A coisa obscura**; mulher, sodomia e Inquisição no Brasil colonial. São Paulo, Brasiliense, 1988.

BITTENCOURT, Marta Tavares Escocard. **A infância nos recolhimentos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.** UFF. Rio de Janeiro, 1991. (Tese de Mestrado).

CABRAL, S.J. **Jesuítas no Brasil**; Século XVI. São Paulo, 1926.

CALÓGERAS (J. Pandiá). **Os jesuítas e o ensino**. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1911.

CAMPOS, Alzira Arruda Lobo. Corte amorosa e sedução no passado colonial. **Nota bibliográfica e histórica**, Campinas, 20(129): 1-84, jan.-mar. 1988.

_____. **O casamento e a família em São Paulo colonial**; caminhos e descaminhos. USP, 1986. (Tese de Doutorado).

CARNEIRO, A. Lima. Notas etnográficas sobre a amamentação materna. **Jornal médico**. Lisboa, Separata, V(109):396-398, fevereiro 1945.

COSTA, Jurandir. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro, Edicões Graal, 1983.

COSTA, Raquel R. Lopes Domingues da. **Divórcio e anulação do matrimônio em São Paulo colonial**. USP, 1987. (Tese de Mestrado)

CARRATO, José Ferreira. **Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais.** São Paulo, Cia. Editora Nacional/Edusp, 1968.

CARVALHO, Laerte Ramos de. A educação e seus métodos. **História Geral da Civilização Brasileira** - A Época Colonial, vol. 2. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960.

D'INCAO, Maria Angela (org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1988.

DEL PRIORE, Mary. A maternidade da mulher escrava. **Estudos CEDHAL**. Cedhal/USP,n°4, 1989.

_____. O corpo feminino e o amor. In: D'incao, Maria Angela. **Amor e família no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1989, pp. 31-56.

_____. Os jesuítas e a infância. In: Del Priore, Mary (org.). **A criança na história do Brasil**. São Paulo, Contexto, 1988.

_____(org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1991.

_____. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo, Contexto, 1988.

_____. Brasil colonial; um caso de famílias no feminino plural. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, n° 91, nov. 1994.

FAZENDA, José Vieira. A roda (Casa dos Expostos). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo LXXI, 1908, parte II, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909, pp. 153-181.

_____. **Os provedores da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1912.

FLORES, Moacyr. A casa dos expostos. **Revista de Estudos Íbero-Americanos**, dezembro de 1985, pp. 49-57.

GOLDSCHMDT, Eliana M. R. As exigências eclesiásticas para o matrimônio; a especificidade quanto aos casamentos de escravos, **Anais da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica** (São Paulo) 2: 89-91, 1983.

_____. A motivação matrimonial nos casamentos mistos de escravos. **Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica** (São Paulo) 3: 73-76, 1986/7.

_____. **Casamentos mistos de escravos em São Paulo colonial**. USP, 1987. (Tese de Mestrado).

GONÇALVES, Margareth de Almeida. Expostos, roda e mulheres: a lógica da ambigüidade médico-higienista. In Angela Mendes de Almeida (et al). **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro, Espaço e tempo/UFRRJ, 1987, pp. 37-52.

HAHNER, June E. **A mulher no Brasil**. Trad. de Eduardo F. Alves. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

HIGGS, David. Bigamia e migração no Brasil colonial no fim do século XVII. **Anais da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica** (São Paulo) 7: 99-103, 1988.

KK, Maria da Glória Porto. **Os vivos e os mortos no Brasil colonial**; da antropologia à agua do batismo. USP, 1993. (Tese de Mestrado).

MAGALHÃES, Elizabeth C. e GIACOMIM, Sonia Maria. A escrava ama-de-leite: anjo ou demônio? **Mulher, Mulheres**. org. de Carmem Barroso e Albertina Oliveira Costa. São Paulo, Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1983 - pp 73-79.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Padrões de família escrava. **Travessia**, 4 (9): 10-13, jan.-abr., 1991.

MAZAREM, Joaquim da Rocha. **Compêndio de Obstetrícia**. Lisboa, Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos, 1823.

MELLO, J.B. **Direitos de bastardia** (história, legislação, doutrina, jurisprudência e prática). S.P.. Ed. Saraiva, 1933.

MADUREIRA (J M de) S. J. **A Companhia de Jesus e o Brasil**; (1549-1759 e 1841-1924). Rio de Janeiro, 1924; A liberdade dos índios. A companhia de Jesus. A sua pedagogia e seus resultados. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1927.

MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres**; estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). Faculdade de Economia da USP, 1990. (Dissertação, Doutorado em Economia).

O sacrossanto e ecumênico Concílio de Trento em latim e português, Lisboa, 1807.

PINTO, Antônio Joaquim de Golveia. Compilação das providências, que a bem da criação, e educação dos expostos ou enjeitados se têm publicado(...), Lisboa, 1820.

REIS, José João. **Escravidão e invenção da liberdade**. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo, Brasiliense/CNPQ, 1988.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

SILVA, Maria beatriz Nizza da. O problema dos expostos na Capitania de São Paulo. **Revista de História Econômica e Social** (Lisboa) 3: 63-65, 1984

_____. Médicos e cirurgiões no Brasil colonial **Anais da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica** (S. Paulo) 3: 63-65, 1984.

_____. Família e herança no Brasil colonial. **Anais da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica** (S. Paulo) 6: 19-25, 1987.

_____. A documentação do Desembargo do Paço no Arquivo Nacional e a História da Família, Acervo. **Revista do Arquivo Nacional** (Río de Janeiro) 3 (2): 37-53, 1988.

_____. A mulher no sistema testamentário do Brasil colonial. **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra** (Coimbra) 10: 227-254, 1988.

_____. O trabalho feminino no Brasil colonial (1765-1822). **Anais da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica** (São Paulo) 8: 167-174, 1989

_____. Testamento femininos em São Paulo colonial, Arquivo. **Boletim histórico e informativo** (São Paulo) 10 (1): 43-49, 1989.

_____. A imagem da concubina na Brasil colonial; ilegitimidade e herança. In Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini (eds.). **Rebeldia e Submissão**. Estudos sobre condição feminina, São Paulo, Vértice/Fundação Carlos Chagas, 1989.

_____. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. SãoPaulo, T. A. Queiroz/Edusp, 1984.

_____. **Cultura no Brasil Colonial**. Petrópolis, Vozes, 1981.

SOARES, U. **O passado heróico da Casa dos Expostos**. R.J. s. ed., 1959.

TEIXEIRA de MELLO. **História dos Hospícios**. Rio de Janeiro, Typ. Universal, 1859.

VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, amor e desejo no ocidente cristão**. São Paulo, Ática, 1986.

_____. **O trópico dos pecados**; moral, sexualidade e inquisição no Brasil. USP, 1988. (Tese de Doutorado).

_____. **Trópicos dos pecados - Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.

VERÍSSIMO DE MATOS, José. **A instrução e a imprensa** (1500-1900). Livro do Centenário. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1900.

VIOTTI DA COSTA, Emília. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo, Difel, 1966.

Século XVI

Os documentos que mais aparecem nesse século são as cartas trocadas pelos padres jesuítas com a Coroa Portuguesa, ou com a Ordem Religiosa da Metrópole. São ainda freqüentes os "diários" escritos pelos próprios padres, a respeito de seu cotidiano e de suas impressões sobre o país. Os relatos dos "descobridores" e dos viajantes também se fazem presente neste século.
Dentre as cartas dos jesuítas, grande parte é transcrita na obra de Serafim Leite que, com seus 10 volumes, também é uma fonte bibliográfica.

ALMEIDA, Angela Mendes de. Casamento, sexualidade e pecado; os manuais portugueses de casamento, séculos XVI-XVIII. Família e grupos de convívio. **Revista Brasileira de História**, 9(17): 191-207, 1989.

_____. Os manuais portugueses de casamento dos séculos XVI e XVII. **Revista Brasileira de História**, n° 17, fev. 1989.

BARROS, Jõao de. **Diálogo com dois filhos seus sobre preceitos morais em modo de jogo**. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981 (1ª ed. 1540).

CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas coisas notáveis que se acham assim na terra como no mar. Em **Tratados**, pp. 23-89.

_____. Informação da Missão do padre Cristóvão Gouveia às partes do Brasil, ano de [15]83, ou narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica. Em **Tratados,** pp 169-247.

Cartas avulsas Azpicuelta Navarro e outros. Belo Horizonte: São Paulo, Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

Cartas avulsas; 1550-1568 [correspondência jesuítica]. Belo Horizonte, Itatiaia, 1988.

Cartas, inf. - Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do padre José de Anchieta. S.J. (1559-1594). Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1988.

CARVALHO, José pereira de. **Primeiras Linhas sobre o processo orfanológico**, 2ª ed., Lisboa, 1816.

HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro**; 1500-1800. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1978.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. 10 vols. Lisboa/Rio de Janeiro, Portugália/Civilização Brasileira, 1938-50.

_____. **Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil**. Coimbra Tipografia da Atlântica, Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, carta 8, 1549.

_____. **Novas cartas jesuíticas**. Série 5, Brasiliana, vol.194, Nacional, 1940.

_____. **Suma história da Companhia de Jesus no Brasil (1549-1760)**. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

NÓBREGA, M. **Cartas ao Brasil**. Belo Horizonte: São Paulo, Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1988

RUSSEL WOOD, A J R. **Fidalgos e filantropos** - A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

SALVADOR, frei Vicente do. **História do Brasil**; 1500-1627. 6ª ed. rev. por Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e frei Venâncio Willeke. São Paulo/Brasília, Melhoramentos/INL, 19

Século XVII

Neste século ainda está presente, e com peso, as correspondências entre os padres jesuítas sobre a construção de seus inúmeros colégios nas diferentes regiões do Brasil.

Serafim Leite, em sua obra Historia da Companhia de Jesus, traz em detalhes a construção arquitetônica e pedagógica desses colégios.

ALMEIDA, Angela Mendes de. Os manuais portugueses de casamento dos séculos XVI e XVII. **Revista Brasileira de História**, n° 17, fev. 1989.

_____. **O gosto do pecado;** casamento e sexualidade nos manuais dos confissores do séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

ALMEIDA, Lúcia Machado. Figuras misteriosas do século XVII e XIX em Minas Gerais. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, vol. 6, Belo Horizonte, 1959, p. 267-75.

FALCON, Francisco. **A época pombalina**. São Paulo, Ática, 1978.

FREIRE, M. **Rio de Janeiro no século XVII**. Rio de Janeiro, Gráfica do Jornal do Brasil, 1935.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. **Atitudes perante a morte em São Paulo** (séculos XVII-XIX). USP, 1986. (Tese de Mestrado).

GUSMÃO, Alexandre de. **A arte de criar bem os filhos na idade de puerícia**. Lisboa, Miguel Deslandes, 1685.

INVENTÁRIO, 1613-1762 - Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar. Bahia, 1613-1762. **Anais da Biblioteca Nacional,** 31 (1909).

LEITE, Serafim. **Suma história da Companhia de Jesus no Brasil** (1549-1760). Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

RUSSEL WOOD, A J R. **Fidalgos e filantropos** - A Santa casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Editora Universidade de Brasília, 1981.

SILVA, Antônio da. **Sermões das tardes de domingos da Quaresma pregados na matriz do Arrecife de Pernambuco no ano de 1673.** Lisboa, João da Costa, 1675.

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

SÉCULO XVIII

Da literatura observada, a maior parte de documentos e fontes bibliográficas concentra-se neste século. É no século XVIII que a Roda dos Expostos é confirmada no país e que começam a aparecer os Tratados médicos.

BARRETO, Manuel Alves da Costa. **Aforismas sobre hemorragias uterinas e convulsões puerperais** por Thomas Dennan, traduzidas em vulgar por Manuel A. Costa Barreto. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, 1797.

BUCHAN, Guilherme. **Medicina doméstica ou Tratado Completo dos meios de conservar a saúde transladas em vulgar para utilidade da nação.** Lisboa. Tipografia Rolandiana, 1788.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822, 1823.** São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1956.

GUTIERREZ, Horácio. O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII. **Revista de História**, n° 120, pp 121-147.

LE-COR, Pedro Luis. **Livro de Educação de meninos ou Ideas Geraes e Definições das Cousas que devem saber**. Traduzido da Língua Francesa na Portugueza e offerecido à Sereníssima Senhora Princeza da Beira. Lisboa, na Officina de Joseph da Costa Coimbra, 1746.

MARCÍLIO, Maria Luiza e VENÂNCIO, Renato Pinto. **Crianças abandonadas e primitivas formas de sua proteção. Séculos XVIII e XIX.** Brasil. (Mimeogr.).

POHL, João Emanuel. **Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1951.

Regras para a cristã educação dos meninos. Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1783.

RIO DE JANEIRO

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ)

Documentos em caixas:

-Fisicatura-mor.

-Hospital dos Lázaros.

-Desembargo do Paço.

-Mesa da Consciência e Ordens.

-Junta do Comércio.

-Inventários.

-Polícia da Corte.

Compromisso da Confraria da Nossa Senhora do Socorro, erecta na igreja do Patriarca Santo Domingos do Rio de Janeiro, 1806 (no IEB-USP)

Almanaque da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1811. Rio de Janeiro, 1810

Apêndice das petições mais necessárias no foro, contencioso, segundo o costume até agora seguido no cível , crime, órfãos e finanças(...) Rio de Janeiro 1815.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **Memórias históricas do Rio de Janeiro.** Ed. Rio de Janeiro, INL., 1951, 10 vols.

-Cartas de Luís dos Santos Marrocos, escritas no Rio de Janeiro a sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. **Anais da Biblioteca Nacional** (Rio de Janeiro), vol. 96.

-Código penal militar organizado pela comissão criada por decreto de 21 de Março de 1802 e aprovado por Sua Majestade o senhor D. João VI em 1820. Rio de Janeiro, 1827.

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro:

Livros de Batismo da Paróquia da São José: de 1751 a 1808.

Livro de Batismo da Paróquia da Sé: 1744-1759.

Livro de Batismo da Paróquia de Jacarepaguá: 1750 a 1816

Livro de Batismo da Paróquia da Inhaúma: 1716-1766

Livro de Batismo da Paróquia de Guaratiba: 1762-1782

Livro de Batismo da Paróquia de Irajá: 1765-1786

Livro de Visitas Pastorais da Paróquia de Irajá :1794

Biblioteca Nacional

Registro de Meninos Expostos na Santa casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (1746-1760), cod. 34, 15, 47.

Arquivo da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro: Informações a respeito da Instituição de Dotes as Expostas pelo Benfeitor Romão de Mattos Duarte, lata 35 C.

Pedido de Exposta para Serviço Doméstico (1886), Lata 35 C

Testamento de Romão de Mattos Duarte (1736), Lata 721 A.

Livro de Receita e despesa da Casa dos Expostos (1800-1815)

Fontes impressas

Auto de Inventário e Avaliação dos livros achados no Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro seqüestrados em 1775. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. 301, out./dez., 1973.

BITTENCOURT, Marta Tavares Escocard. **A Infância nos recolhimentos da Santa casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.** UFF, 1991. (Tese de Mestrado).

Estatutos Reformados do Recolhimento da Órfãs da Santa Casa de Misericórdia da Cidade e Corte do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Tup. Nacional, 1843.

GREENHALGH, J. **O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História**; 1763-1822. R.J., 1951.

LARA, Silvia Hunold. **Campos de violência**. Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808, Rio de Janeiro, Paz e erra, 1988.

NUNES, A.D.. Almanaque Histórico da cidade de São Sebastião de Rio de janeiro (1799). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. XXI, 1858.

_____, Almanaque da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1792. **Anais da Biblioteca Nacional**, n° 59, 1937, p.187-290.

_____, Almanaque da Cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1794. **Anais da Biblioteca Nacional**, n° 59, 1937, p. 290-356.

PIZARRO e ARAÚJO, M.J.S.A. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1820.

Regimento da Casa dos Expostos, RJ, Tup. Nacional, 1840

Tutelas e Curatelas, Publicações do Arquivo Nacional, vol. 57, 1965.

PICANÇO, José Correia. **Ensaio sobre os perigos das sepulturas dentro das cidades e nos seus contornos.** Rio de Janeiro, 1812.

VENANCIO, Renato Pinto. A infância abandonada no Brasil colonial: o caso do Rio de Janeiro do século XVIII. **Anais do Museu Paulista**. Separata, Tomo XXXV, 1986-1987, pp 221-232.

_____. **Infância sem destino**; o abandono de crianças no Rio de Janeiro no século XVIII. FFLCH/USP, São Paulo, 1988. (Dissertação de Mestrado).

_____. A madrinha ausente; Condição feminina no Rio de Janeiro (1750-1800). In COSTA, Iraci del Nero da (org.) - **Brasil: História econômica e demográfica.** São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas/USP, 1986.

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

SÃO PAULO

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

Processos não-catalogados

Testamento de Maria de Oliveira, São Paulo, 1749. Separação matrimonial de Paulo Ferreira e Vitoriana Monteiro, São Paulo, 1789.

Desunião Conjugal de João Francisco Chaves e Gertrudes Manuela de Francisco Rocha Abreu, São Paulo, 1749

Assunção, São Paulo, 1788.

Crime, Apolônia, filha de Maria Rodrigues Machado, São Paulo, 1747.

Crime, Joana Ribeiro, Atibaia, 1756.

Crime, Damaso O. Pereira e Maria de Porciúncula, São Sebastião, 1755.

Teresa Leme, Araçariguama, 1755.

Francisca Carijó, Itú, 1755

Joana Pedrosa, Mogi das Cruzes, 1754.

Crime, Guilherme Borges e Vitorina, 1751

Ana Delgado de Almeida, 1781.

Escolástica Pires de Souza, São Paulo, 1747.

Rita Correia da Luz, São Paulo, 1733.

Processos de divórcios e nulidades de matrimônio

Arquivo do Estado de São Paulo

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Correspondência do capitão-general Luís Antônio S.B. Mourão, 1766-1768. Inventários e Testamentos, Ordem 602, caixa 4.

Registro das Cartas e ordens Régias 1746-1877.

Arquivo da Provedoria da Santa Casa.

Livro de Actas n° 1 - Livro de deliberações da Meza da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo de 1703-1730.

Livro de Entradas de Irmãos da Sante Casa de Misericórdia de São Paulo de 1765-1836.

Fontes Impressas

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas**; mulheres da colônia (estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do Sudeste,(1750-1822). USP, São Paulo, 1992. (Tese de Doutorado).

Bandos, Ordens e Portarias de D. Luiz Antonio de Souza 1771-1775. **Documentos Interessantes**, vol.XXXIII, DAESP, São Paulo, 1901.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra**: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista (1765-1858). Tese de Mestrado, São Paulo, FFLCH/USP, 1987.

Cartas Régias e Provisões 1730-1738. **Documentos Interessantes**, vol. XXIV, DAESP, São Paulo, s.d.

COSTA, Raquel D. Violência contra a mulher em São Paulo colonial. **Anais da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica** (São Paulo) 8: 175-178, 1989.

DEL PRIORE, Mary. Mulheres de trato ilícito: a prostituição na São Paulo do século XVIII. **Anais do Museu Paulista**, vol. XXXV, 1986-1987, separata, pp. 167-200.

GOLDSCHMDT, Eliana M.R. Autos de dispensa matrimoniais e casamentos no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. **Anais da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica** (São Paulo) 1: 105-107, 1982.

_____. Compadrio de escravos em São Paulo colonial. **Anais da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica,** (São Paulo) 8: 73-76, 1986.

_____. **Convivendo com o pecado**; os delitos da carne na sociedade colonial paulista (1719-1822). USP, São Paulo, 1993. (Tese de Doutorado).

MARCÍLIO, Maria Luíza. População e força de trabalho em uma economia agrária em mudança; A Província de São Paulo, no final da época colonial. **Revista de História** (São Paulo) 114: 21-30, 1983.

_____. **A cidade de São Paulo**. Povoamento e População (1750-1850), São Paulo, Editora Pioneira, 1974.

METCALF, Alida. Recursos e estruturas familiares no século XVIII em Ubatuba, Brasil. **Estudos Econômicos** (São Paulo) 13: 771-785, 1983.

_____. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século XVIII: o caso de Santana do Parnaíba. **Estudos Econômicos**, 17(2): 229-243.1978.

QUEIROZ, Deborah. As irmandades e os sepultamentos em São Paulo colonial. **Anais da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica** (São Paulo) 56 (112): 575-588, 1987.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. O divórcio na Capitania de São Paulo. **Vivência.** História, sexualidade e imagens femininas, São Paulo, Brasiliense, 1980, 151-194.

_____. Casamentos de escravos na Capitania de São Paulo. **Ciência e Cultura** (São Paulo) 32 (7): 816-821, 1980

BAHIA

Arquivo Público do Estado da Bahia

Governo do Estado do Brasil.

Cartas Régias, vols 6 e 8,

Ordens Régias, vol.40

Cartas da Bahia - Marquês do Lavradio. Cartas da Bahia, 1768-1769. Rio de janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

Fontes Impressas

Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia, 1707.

GUDEMAN, Stephen Gudeman e SCHWRTZ, Stuart. Purgando o pecado original; compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII. In J J Reis (org.) **Escravidão e invenção da liberdade**. Estudo sobre o negro no Brasil. São Paulo, Brasiliense/CNPQ, 1988. p.33-59.

MATTOSO, Kátia Q. A propósito de alforria, Bahia, 1779-1850. **Anais de História**, Assis, n° 4, 1972.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Os pecados da família na Bahia de Todos os Santos (1813).** Salvador, UFBA. Centro de Estudos Baianos, 1992.

OLIVEIRA, M. I. C.. **O liberto**; o seu mundo e os outros. Salvador, 1790-1890. São Paulo, Corrupio, 1988.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Aspestos da vida social das irmandades leigas da Baía no século XVIII**. Universitas (Salvador) 6-7: 189-204, 1970.

_____. **Fidalgos e Filantropos**; A Santa Casa de Misericórdia da Bahia 1550-1755. Brasília, UNB, 1981.

SCHWARTZ, S. B. A manumissão dos escravos no Brasil colonial, Bahia, 1684-1745. **Anais de História**, Assis, n° 6, 1974, pp.71-114.

PERNAMBUCO

Fontes Impressas

AZEREDO COUTINHO, D.J.J.C.. **Estatutos do Recolhimento de N. S. da Glória do lugar de Boa Vista de Pernambuco.** Lisboa, Academia Real das Ciências, 1789.

BARBOSA, Bartira Ferraz. **Índios e missões**; a colonização do médio São Francisco pernanbucano nos séculos XVII e XVIII. Perambuco, UFPE, 1993. (Tese de Doutorado).

BARRETO, F.F., **Dissertação Sobre a Imposição dos Nomes de Batismo**, Recife, Typ. de Santos e Cia. 1840.

MINAS GERAIS

Arquivo Público Mineiro

Seção Colonial - Carta Régia de 17/6/1733
Carta Régia de 20/5/1732
Câmara Municipal de Sabará, Livro 61, Enjeitados (1780-1784)
Câmara Municipal de Sabará, Livro 73, Testamentos e inventários.

Fontes Impressas

CARRATO, José Ferreira. Vila Rica: casamentos (1727-1826). **Revista de História** (São Paulo) 51 (111): 195-208, 1977.

_____. A crise dos costumes nas Minas gerais do século XVIII. **Revista de Letras,** vol. 3, São Paulo, FFLA, 1962.

COSTA, Iraci del Nero da. Ocupação, povoamento e dinâmica populacional . In Minas Colonial; **Economia e Sociedade**, São Paulo, Fipe-Pioneira, 1982, pp27-28.

_____. **Vila Rica**; população (1719-1826). S.P., IPE/USP, 1979.

_____. Análise da morbidade nas Gerais (Vila Rica, 1799-1801). **Estudos Econômicos**, 54 (107) :241-262, 1976.

FIGUEIREDO, Luciano R. A. **Barrocas Famílias;** vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. Tese de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1990.

_____. **O avesso da memória**; estudo do papel, participação e condição social da mulher no século XVIII mineiro. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1984 (datil.).

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**; formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal. 20ª ed., Rio de Janeiro e Brasília, José Olympio/INL-MEC, 1980.

LEWKOWICZ, Ida. **Vida em família**; caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). São Paulo, USP, 1992. (Tese de Doutorado).

LOPES, Francisco Antônio. **Os palácios de Vila Rica** - Ouro Preto no ciclo do ouro. Belo Horizonte, 1955

REIS, Liana Maria. Mulheres de ouro; as negras de tabuleiro nas Minas Gerais do século XVIII. **Revista do Departamento de História** (Belo Horizonte) 8: 72-85, 1989.

SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão** - a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos no distrito Diamantino no séc. XVIII. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**; pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

VILLALTA, Luiz Carlos. **A torpeza diversificada dos vícios;** celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais (1748-1801). São Paulo, USP, 1993. (Tese de Mestrado).

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 2ª ed. São Paulo, Hucitec/Edusp,1990. [vol 19 de Estudos Históricos.

SANTA CATARINA

Biblioteca Central da Universidade de Santa Catarina

Sub-setor de Obras Raras - Setor de Santa Catarina - Biblioteca Central da Universidade de Santa Catarina, Florianópolis:

- Livros de Termos de Vereança - 1760-1765, Livro n°158; 1771-1779, Livro n°157; 1780-1784, Livro n° 161; 1787-1794, Livro n° 160; 1810-1821, Livro n° 159.
- Livro de registro de Leis Imperiais e Posturas, Livro n° 56.
- Provisão Régia de 9 de março de 1813. In Revista catarinense, Laguna, ano III, n° 10, outubro de 1914, pp. 340-341.

Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina:

- Vereanças de 1757-1758 - RIHGSC, vol.VII, 2° trim., Florianópolis, 1918, pp. 204-214.

Fontes Impressas

BERGER, Paulo (org.) **Ilha de Santa Catarina**; relatos de viajantes esterangeiros nos séculos XVIII e XIX. 2ª ed., Florianópolis, UFSC/Assembléia Legislativa, 1984.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

ARAÚJO, Emanuel. **O Teatro dos Vícios**. R.J: J. Olympio, 1993.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. R.J., Zahar, 1981.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 4ª ed. rev. amp. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1963.

BINZER, Ina von. **Aos meus romanos**; alegrias e tristezas de uma educadora no Brasil. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

BITTENCOURT, P.C.M. de. Espírito da sociedade colonial. In: ____. **História social do Brasil.** 2. ed. S.P., Ed. Nacional, 1937. 3v. t.1.

_____. Espírito da sociedade imperial. In: _____. **História social do Brasil**. 2. ed. S.P., Ed. Nacional, 1937. 3v. t.2.

BOXER, C.R. **A idade de ouro do Brasil**; dores de crescimento de uma sociedade colonial. S.P., Ed. Nacional, 1963.

CAMPOS, A.A.L. Corte amorosa e sedução no passado colonial. In: **Nota bibliográfica e histórica,** Campinas, 20(129):1-84, jan/mar. 1988.

_____. **O casamento e a família em São Paulo colonial**; caminhos e descaminhos. Tese de Doutorado, S.P., FFLCH/USP, 1986.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2ª ed., 1986.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**; condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. R.J., J. Olympio, 1993.

_____. **História da criança no Brasil**. S.P., Contexto, 1991.

_____. **Vozes de Criança**. Rio de Janeiro, Ed.Campos, s/d.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

FENELON, Déa Ribeiro. **50 textos de história do Brasil**. São Paulo, Hucitec, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1976.

INÁCIO, I.C., DE LUCA T.R. **Documentos do Brasil colonial.** São Paulo, Ática, 1993.

LEAL, Hyrla Aparecida Tucci. **A evolução da Educação Humanista no Brasil da Colônia à 1ª República**; uma abordagem histórico-filosófica. São Paulo: Faculdade de Educação PUC, 1990 (Dissertação, Mestrado em Filosofia da Educação).

LEITE, Míriam Moreira. O óbvio e o contraditório da Roda. In Del Priore, Mary. **História da criança no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1991. p.98-111.

LOPES, Eliane C. **O Revelar do Pecado**; Os Filhos Ilegítimos na São Paulo do Século XVIII. Dissertação de Mestrado, USP, 1995.

MACEDO, Joaquim Manoel. **A Luneta Mágica**. São Paulo, Ática, 1995

MESGRAVIS, Laima. **A assistência à infância desamparada e a Santa Casa de São Paulo;** a roda dos expostos no século XIX. R. Hist., S.P., 52(103):401-23, jul./set. 1975.

_____. **A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo** (1599? - 1884). São Paulo, Conselho estadual de Cultura, 1976.

MESQUITA, E. de. **Uma contribuição ao estudo da estrutura familiar em São Paulo, durante o período colonial;** a família agregada em Itu de 1780 a 1830. R. Hist., S.P., 53(105):33-45, jan./mar. 1976.

MOREIRA, J.R. Educação, família e instituições brasileiras. In:_____ **Educação e desenvolvimento no Brasil.** R.J., C.L.A.P.C.S., 1960. pp. 129-64.

NEVES, Luís Felipe Baeta. **O combate de Cristo na terra dos papagaios**; colonialismo e repressão cultural. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978

NOVAIS, FERNANDO A. **Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial.** S.P., Brasiliense, 1977.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. **Os filhos da falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro** (1828-1887). IFCH, Unicamp, (Dissertação, mestrado).

SAMARA, Eni Maria. A Estrutura da Família no Começo do Século XIX. S.P. **Museu da Casa Brasileira**, Boletim n. 4, 1981.

_____. Casamento e Papéis Familiares em São Paulo no Século XIX. São Paulo, **Cadernos de Pesquisa**, (37):17-25, maio, 1981.

SCHMIDT, M.J. **A família por dentro.** R.J., Agir, 1967.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil Colonial.** Ciência e Cultura, S.P., 28(11):1250-63, nov. 1976.

_____. **Vida Privada e quotidiana no Brasil** - na época de D. Maria I e D. João VI. São Paulo, Referência Editorial Estampa, 1993.

SMITH, T.L. **Brasil, povo e instituições.** R.J., Bloch, 1967.

SODRÉ, Nelson Wernek. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 9ª ed., 1976, Coleção Retratos do Brasil, vol. 98.

TUDOR, T.C. Trabalho da mulher com encargos de família. **Jurídica**, R.J. 15(110):165-88, jul/set. 1970.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Infância sem destino**; o abandono de crianças no Rio de Janeiro no século XVIII. Dissertação de Mestrado, S.P., FFLCH/USP, 1988.

WREGE, Rachel Silveira. **A educação escolar Jesuítica no Brasil**; Uma leitura da obra de Serafim Leite "História da Companhia Jesuítica no Brasil. Faculdade de Educação: Unicamp, 1993. (Dissertação mestrado em educação).